

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

181 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 09/10 a 13/10/2023

1. MÉDIO-ORIENTE - ATAQUES EM ISRAEL	1
Redes sociais e desinformação	1
Visita das Presidentes do PE e da Comissão a Israel	2
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
BUDG e ITRE	2
IMCO e JURI	2
ENVI	3
3. NATO - REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA	3
4. AUDIÇÃO SOBRE O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	4
5. PRÉMIO SAKHAROV	5
6. COMISSÃO EUROPEIA	5
Objetivo 55	5
Instrumentos para gerir as alterações demográficas	6
7. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO EUROPEU PARA A JUSTIÇA	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. MÉDIO-ORIENTE - ATAQUES EM ISRAEL

No passado dia 7 de outubro, o Hamas (detalhe [aqui](#)) lançou a intitulada “*Operação Al-Aqsa Flood*” contra Israel, na mais grave escalada desde a guerra de 11 dias em 2021. O Hamas disse ter disparado 5.000 foguetes, enquanto Israel confirmou que os combatentes do grupo haviam entrado no seu território. Por seu lado, o exército israelita afirmou também ter lançado a “*Operação Espadas de Ferro*” contra o Hamas na Faixa de Gaza.

Os ataques ocorreram de manhã cedo, no dia de Simchat Torah, um feriado que se situa perto da conclusão da festa judaica de uma semana conhecida como Sukkot, ou Festa dos Tabernáculos. Há relatos de várias centenas de reféns israelitas, militares e civis.

No dia 10, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE realizaram uma videoconferência informal ([aqui](#)) na qual debateram a situação em Israel e na região. Nesta ocasião, condenaram os recentes ataques e apelaram à proteção da população civil e à contenção, à libertação dos reféns, a que seja permitido o acesso de Gaza a alimentos, água e medicamentos, em conformidade com o direito internacional humanitário, e à abertura de corredores humanitários. Os ministros salientaram igualmente a importância de preparar o rescaldo dos ataques e de reforçar a cooperação com os intervenientes regionais e internacionais, com vista a relançar o processo de paz no Médio Oriente. Foi reiterado o direito de Israel à legítima defesa, no pleno respeito do direito internacional humanitário, e debatida a forma de prosseguir a cooperação com a Autoridade Palestiniana e de apoiar o povo palestino.

A esmagadora maioria dos ministros declarou que a cooperação com a Autoridade Palestiniana deve prosseguir e que o financiamento da UE não deve ser interrompido.

Os ministros deram o seu acordo a que a UE continue a dialogar com todas as partes e mantenha o seu apoio financeiro e político à região. A UE assegurará igualmente que o seu empenho a longo prazo numa solução política assente na coexistência de dois Estados sobreviva a estes trágicos acontecimentos.

Por seu lado, a Comissão Europeia anunciou a revisão urgente da sua assistência financeira à Palestina ([aqui](#)). Condenando inequivocamente os atentados terroristas perpetrados pelo Hamas contra Israel, a Comissão considera que esta revisão visa assegurar que nenhum financiamento da UE permita indiretamente a qualquer organização terrorista perpetrar atentados contra Israel. A Comissão procederá a esta revisão o mais rapidamente possível e coordenará todas as medidas de acompanhamento necessárias com os Estados-Membros e os parceiros. Entretanto, uma vez que não estavam previstos pagamentos, não haverá a sua suspensão. A presente revisão não diz respeito à ajuda humanitária prestada no âmbito da Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias (ECHO).

Redes sociais e desinformação

A Comissão Europeia enviou ao X (*ex-Twitter*) um pedido formal de informações ([aqui](#)) ao abrigo da Lei dos Serviços Digitais (DSA) sobre a alegada difusão de conteúdos ilegais e de desinformação, em especial a difusão de conteúdos terroristas e violentos e de discursos de ódio pelo Hamas. De acordo com as regras da UE, o X é considerada uma “*plataforma em linha de grande dimensão*” com responsabilidades especiais no que diz respeito à monitorização dos conteúdos na Internet.

Segundo reporta o *Financial Times* ([aqui](#), para assinantes), o Comissário Thierry Breton escreveu a Elon Musk, dono do X, referindo que a empresa tinha de introduzir “medidas de mitigação proporcionais e eficazes” para lidar com a desinformação: “*Temos, a partir de fontes qualificadas, relatórios sobre conteúdos potencialmente ilegais que circulam no vosso serviço, apesar dos avisos das autoridades competentes*”. Em resposta à carta do comissário, Musk escreveu: “*A nossa política é que tudo seja de fonte aberta e transparente, uma abordagem que sei que a UE apoia. Por favor, liste as violações a que alude no X, para que o público as possa ver.*”. O Comissário, que é o responsável pela aplicação do DSA, respondeu: “*Estão bem cientes dos relatórios dos vossos utilizadores - e*

das autoridades - sobre conteúdos falsos e glorificação da violência. Cabe-vos a vós demonstrar que cumprem o que dizem".

O X tem de fornecer as informações solicitadas aos serviços da Comissão até 18 de outubro de 2023 para as questões relacionadas com a ativação e o funcionamento do protocolo de resposta a crises do X e até 31 de outubro de 2023 para as restantes. O *Político* apresenta também uma análise deste tema, [aqui](#).

Visita das Presidentes do PE e da Comissão a Israel

Na sexta-feira, a Presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, realizaram uma [visita a Israel](#) para “*prestar homenagem às vítimas dos ataques terroristas do Hamas e para encontros com a liderança israelita*”.

2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

BUDG e ITRE

A Comissão dos Orçamentos e a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia [adotaram a sua posição sobre a criação do STEP \(Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa\)](#), que procura impulsionar tecnologias estratégicas críticas através de vários meios, como o apoio financeiro, o [Sovereignty Seal](#) e [Sovereignty Portal](#). O STEP visa reforçar vários programas e fundos da UE e canalizar até 160 mil milhões de euros para novos investimentos, juntamente com incentivos da política de coesão e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), defendendo os deputados mais 3 mil milhões de euros para além dos 10 mil milhões propostos, elevando o orçamento do STEP para 13 mil milhões de euros em novos fundos. Os deputados propõem ainda um alinhamento deste regulamento com as iniciativas relativas à Indústria Zero e Matérias-Primas Críticas, bem como a criação de um comité STEP para garantir a sua aplicação efetiva. O STEP faz parte da revisão em curso do orçamento da UE a longo prazo.

IMCO e JURI

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores e a Comissão dos Assuntos Jurídicos adotaram também a sua posição sobre as [regras atualizadas que regem a responsabilidade dos operadores económicos pelos danos causados por produtos defeituosos](#) e que procura eliminar as diferenças entre os Estados-Membros e responder adequadamente ao surgimento de novas tecnologias (como a IA), à transição para um modelo económico circular e ao aumento das compras em linha (incluindo de fora da UE). A iniciativa procura garantir que, mesmo que um produto defeituoso tenha sido comprado fora da UE, exista uma empresa sediada na UE que possa ser responsabilizada pelos danos causados, defendendo os deputados que, caso não seja possível encontrar uma empresa responsável, os consumidores poderão ser indemnizados através de regimes nacionais. Visa-se assim simplificar o procedimento relativo ao ónus da prova, elimina-se o limite mínimo de 500 euros para danos, devendo as autoridades nacionais de defesa do consumidor fornecer orientações aos consumidores sobre os seus pedidos de indemnização. Propõe-se ainda que os danos físicos, os danos psicológicos e a destruição ou corrupção irreversível de dados sejam indemnizáveis quando o prejuízo económico for superior a 1000 euros, defendendo os deputados o alargamento do período de responsabilidade dos 20 anos propostos pela Comissão para 30 anos.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar adotou a sua [posição sobre a proposta de regulamento relativo à homologação de veículos a motor e motores e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, no que respeita às suas emissões e à durabilidade da bateria, mais conhecido por Euro 7](#). Os deputados concordam com os níveis propostos pela Comissão para as emissões poluentes dos veículos de passageiros e propõem uma repartição adicional das emissões em três categorias para os veículos comerciais ligeiros, com base no seu peso, procurando alinhar as metodologias de cálculo e os limites da UE para as emissões de partículas dos travões e a taxa de abrasão dos pneus com as normas internacionais atualmente em desenvolvimento pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, um passaporte ambiental do veículo (EVP) atualizado, requisitos mais rigorosos em termos de tempo de vida dos veículos, motores e sistemas de controlo da poluição, obrigação de instalar sistemas a bordo para monitorizar vários parâmetros, como o excesso de emissões de gases de escape, o consumo de combustível e de energia em condições reais e o estado da bateria de tração e regras específicas para os fabricantes de pequenos e ultra-pequenos volumes.

3. NATO - REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA

Teve lugar esta semana uma reunião dos Ministros da Defesa da NATO, em Bruxelas (detalhe [aqui](#)), tendo o Ministro da Defesa israelita, Yoav Gallant, informado os seus homólogos da NATO, por videoconferência, sobre os atentados perpetrados pelo Hamas no dia 7 de outubro (cfr. ponto 1). Condenando os ataques terroristas do Hamas, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, afirmou que *"Israel tem o direito de se defender e, à medida que o conflito se desenrola, a proteção dos civis é essencial"*, acrescentando que *"nenhuma nação ou organização hostil a Israel deve procurar tirar partido da situação ou fazer escalar o conflito"*.

Sobre os Balcãs Ocidentais, Stoltenberg afirmou que a NATO destacou centenas de tropas suplementares para o Kosovo para garantir que a KFOR dispõe das forças necessárias para cumprir o seu mandato da ONU de forma imparcial. Apelou a Belgrado e a Pristina para que *"se comportem de forma responsável, se abstenham de ações destabilizadoras e voltem a empenhar-se no diálogo facilitado pela UE"*. Acrescentou ainda que, na Bósnia-Herzegovina, a NATO continua a apoiar a operação Althea, liderada pela UE, que desempenha um papel fundamental para a estabilidade regional. Quanto ao Iraque, a missão da NATO está a evoluir no sentido de prestar mais apoio às forças de segurança iraquianas.

Quanto à dissuasão e à defesa, os Aliados debateram os próximos passos na operacionalização dos novos planos de defesa da NATO, nomeadamente através da atribuição de forças, do desenvolvimento de novas capacidades e do ajustamento do comando e controlo. O Presidente Stoltenberg referiu ainda que a NATO iniciará na próxima semana o exercício nuclear *"Steadfast Noon"*, há muito planeado. O exercício enviará *"uma mensagem clara de que a NATO protegerá e defenderá todos os seus aliados"*, afirmou o Secretário-Geral.

Os Ministros abordaram igualmente os danos causados às infra-estruturas submarinas críticas no Mar Báltico. Os Aliados expressaram uma forte solidariedade para com a Estónia e a Finlândia enquanto estas trabalham para apurar os factos. O Secretário-Geral Stoltenberg afirmou que a NATO terá uma *"resposta unida e determinada"* se se provar que o incidente foi um ataque deliberado.

Finalmente, importa dar nota de que esta semana o Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy se reuniu com os aliados da NATO e com os parceiros do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia, liderado pelos EUA. Os Aliados garantiram ao Presidente Zelenskyy que manterão e aumentarão a ajuda militar a Kiev, enquanto esta se prepara para mais um inverno de guerra. No primeiro Conselho NATO-Ucrânia a nível ministerial, o

Ministro da Defesa da Ucrânia, Rustem Umerov, informou os Aliados sobre a situação no campo de batalha e sobre as necessidades mais urgentes da Ucrânia.



Foto: NATO

A conferência de imprensa do Secretário-geral da NATO após a reunião está disponível [aqui](#).

4. AUDIÇÃO SOBRE O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL¹

Teve lugar, no dia 10 de outubro, a audição da Deputada ao Parlamento Europeu (PE) Margarida Marques (S&D), na Comissão de Assuntos Europeus, sobre a revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) europeu.

Na sua intervenção inicial, a Deputada referiu que o plenário do PE tinha aprovado o relatório, da qual foi co-relatora, sobre a proposta da Comissão Europeia para a revisão do QFP. Salientou que a necessidade da revisão do QFP deriva das consequências provocadas pela pandemia provocada pela Covid-19, guerra na Ucrânia e aumento das taxas de juro, que reduziram em 74 mil milhões o orçamento da União. Concretamente, destacou que as principais preocupações do Parlamento Europeu com esta revisão se prendiam com o contínuo apoio à Ucrânia, mobilização de meios adicionais para a migração, mais meios para os Estados-Membros lidarem com catástrofes naturais, avançar com a autonomia estratégica através da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), assegurar os encargos da dívida incorridos com o *NextGenerationEU*, o instrumento permanente para dar resposta a crises e, por fim, proteger a identidade da política de coesão. Concluiu referindo que o PE tinha o seu mandato estabilizado, sendo agora necessário que o Conselho definisse a sua posição para avançar com a revisão do QFP.

Na fase de debate, os Deputados destacaram que os motivos para a revisão do QFP eram conhecidos, estando em causa uma recomposição do orçamento e uma redefinição de prioridades, questionaram sobre os aspetos mais sensíveis da proposta a serem discutidos na próxima reunião do Conselho, salientaram a ausência de referências à revisão do QFP no discurso sobre o Estado da União da Presidente da Comissão Europeia, concordaram com a importância do apoio à Ucrânia, destacando que havia um apoio financeiro efetivo e salientando que, caso a Ucrânia se tornasse membro da UE, seria necessário avançar com as necessárias reformas para acomodar a entrada deste país, suscitaram questões sobre os impactos do alargamento no QFP e se Portugal seria afetado com esta revisão.

Em resposta, a Deputada ao Parlamento Europeu referiu que se pretendia mais flexibilidade para o instrumento permanente. Sobre o alargamento, recordou que o primeiro-ministro português tinha alertado que o alargamento da UE traria enormes desafios, sendo necessário reformar a União para acolher os novos países.

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

Concluiu que com a revisão do QFP, os fundos de coesão para Portugal não seriam afetados, acrescentando, ainda, que Portugal poderia aproveitar os novos instrumentos propostos e que se encontram em negociação.

5. PRÉMIO SAKHAROV

Os finalistas do [Prémio Sakharov 2023](#) para a Liberdade de Pensamento do Parlamento Europeu são:

- Jina Mahsa Amini e o Movimento Mulher, Vida e Liberdade no Irão;

- Vilma Núñez de Escorcia e o Bispo Rolando José Álvarez Lagos, na Nicarágua;

- Mulheres que lutam por um aborto livre, seguro e legal: Justyna Wydrzyńska (Polónia), Morena Herrera (El Salvador) e Colleen McNicholas (Estados Unidos).

A informação sobre os nomeados está disponível [aqui](#).

A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu (a Presidente Metsola e os líderes dos grupos políticos) selecionará o laureado na quinta-feira, 19 de outubro. O prémio será entregue numa cerimónia no hemiciclo do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, no dia 13 de dezembro.

Recorde-se que o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é atribuído todos os anos pelo Parlamento Europeu, e foi instituído em 1988 para distinguir pessoas e organizações que defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais. O seu nome é uma homenagem ao físico e dissidente político soviético Andrei Sakharov e o prémio pecuniário ascende a 50 000 euros.

6. COMISSÃO EUROPEIA

Objetivo 55

A Comissão congratulou-se com a [adoção, esta semana, dos dois últimos pilares do pacote legislativo Objetivo 55 \(Fit for 55\)](#). Na perspetiva da Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP28) e das eleições europeias de 2024, este pacote legislativo agora concluído demonstra que a Europa procura cumprir as promessas feitas aos cidadãos e aos seus parceiros internacionais de que assumiria uma posição de liderança de ações em favor do clima e moldaria a transição ecológica.

Com a adoção da Diretiva Energias Renováveis revista e do Regulamento ReFuelEU Aviação, a UE tem agora metas climáticas juridicamente vinculativas que abrangem todos os setores-chave da economia. O acordo sobre a Diretiva Energias Renováveis revista fixa a meta vinculativa da UE em matéria de energias renováveis para 2030 num mínimo de 42,5% comparativamente ao atual objetivo, que é de 32%. No mesmo sentido, o Regulamento ReFuelEU Aviação define regras harmonizadas a nível da UE que visam promover a utilização de combustíveis de aviação sustentáveis.

O pacote global inclui metas em matéria de redução das emissões numa vasta gama de setores: uma meta que visa impulsionar os sumidouros naturais de carbono e um sistema atualizado de comércio de licenças de emissão que permitirá limitar as emissões, atribuir um preço à poluição e gerar investimentos na transição ecológica, bem como prestar apoio social aos cidadãos e às pequenas empresas.

As secções de perguntas e respostas encontram-se disponíveis [aqui](#).

Instrumentos para gerir as alterações demográficas

A Comissão Europeia adotou uma [comunicação que apresenta um conjunto de instrumentos políticos à disposição dos Estados-Membros para gerir as alterações demográficas e os seus impactos na sociedade e na economia da UE, incluindo na sua competitividade global](#).

Estes instrumentos definem uma abordagem global das alterações demográficas em torno de quatro pilares:

1. apoiar os pais através de uma melhor conciliação das aspirações familiares e do trabalho remunerado, assegurando o acesso a estruturas de acolhimento de crianças de qualidade e um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar;
2. apoiar e capacitar as gerações mais jovens para prosperarem, desenvolverem as suas competências e facilitar o acesso das mesmas ao mercado de trabalho e à habitação a preços acessíveis;
3. capacitar as gerações mais velhas e manter o seu bem-estar, através de reformas combinadas com políticas adequadas do mercado de trabalho e do local de trabalho;
4. sempre que necessário, dar resposta à escassez de mão-de-obra através de uma migração legal bem gerida, em plena complementaridade com o aproveitamento de talentos da UE.

A Comissão insta assim os Estados-Membros a desenvolverem e aplicarem políticas integradas para fazer face às alterações demográficas e integrar as preocupações demográficas em todos os domínios de intervenção, devendo basear-se nas realidades locais.

Para além dos instrumentos regulamentares e dos quadros de ação, estão disponíveis vários instrumentos de financiamento a nível da UE para apoiar os Estados-Membros, como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o Fundo Social Europeu Mais (FSE+). A Comissão irá ainda reforçar os dados e a base de dados, nomeadamente continuando a desenvolver o Atlas da Demografia, a apoiar o desenvolvimento e/ou a melhoria de políticas relacionadas com a demografia a todos os níveis, sobretudo recorrendo ao Instrumento de Assistência Técnica, a assegurar que nenhuma região da UE seja deixada para trás, graças ao lançamento oficial da Plataforma para Rentabilizar os Talentos em 23 e 24 de novembro de 2023, e dando seguimento a novos convites à apresentação de propostas no âmbito do Mecanismo para promover os Talentos.

Refira-se ainda que, de acordo com um [inquérito do Eurobarómetro sobre demografia](#), 7 em cada 10 europeus concordam que as tendências demográficas põem em risco a prosperidade económica e a competitividade da UE a longo prazo.

7. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO EUROPEU PARA A JUSTIÇA

O Comissário Europeu para a Justiça, Didier Reynders, deslocou-se esta semana (quinta-feira, 12 de outubro) a Estrasburgo para participar na sessão plenária de outono da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (detalhe [aqui](#)). Num discurso seguido de diálogo com os deputados dos 46 Estados-Membros da organização, o Comissário Reynders sublinhou que a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos continua a ser uma prioridade da UE, recordando o facto de tal ser também uma obrigação prevista no Tratado de Lisboa. Sobre o processo de negociação em curso, referiu que ainda faltava encontrar uma forma de lidar com a questão da proteção de direitos humanos na política externa e de segurança comum, notando discussões sobre o tema a nível do Conselho.

Didier Reynders procedeu também à apresentação do Relatório de Estado de Direito 2023, tendo considerado que a experiência e conhecimento do Conselho da Europa neste domínio era essencial na política de Estado de Direito da UE, designadamente no contexto da cooperação com países terceiros, incluindo os países do alargamento. Reynders destacou ainda o trabalho conjunto da Comissão Europeia com a Comissão de Veneza e o Grupo dos Estados contra a Corrupção (GRECO).

À margem da sessão plenária, o Comissário europeu reuniu ainda com o Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Tiny Kox ([aqui](#)), e com a Secretária-Geral do Conselho da Europa, Marija Pejčinović Burić ([aqui](#)), tendo sido abordados os temas da cooperação Conselho da Europa-União Europeia e da preparação da Convenção do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial.



8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social

Os [ministros reuniram-se para debater o Semestre europeu de 2023](#), o impacto das novas tecnologias no trabalho e a via para uma [transição digital justa](#), fazendo referência às oportunidades e riscos relacionados com a inteligência artificial e digitalização. Foram adotadas orientações para o emprego de 2023, tendo os ministros chegado a um acordo político quanto ao [desenvolvimento de condições-quadro para a economia social](#) e aprovado conclusões sobre a [saúde mental e o trabalho precário](#), assim como sobre a [igualdade de acesso dos ciganos a habitação adequada e dessegregada](#). Por fim, o Conselho realizou um debate de orientação sobre a consolidação e o [reforço dos sistemas europeus de proteção social](#) e aprovou as primeiras [conclusões sobre a proteção social centradas exclusivamente nos trabalhadores por conta própria](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, com destaque para os seguintes debates:

- [Debate sobre os ataques terroristas do Hamas contra Israel;](#)
- [Solução a longo prazo para as necessidades de financiamento da Ucrânia;](#)
- [Apoiar a competitividade e a resiliência da UE em setores estratégicos;](#)
- [Prioridades do Parlamento para o Conselho Europeu de 26-27 de outubro;](#)
- [Avaliação do plano de trabalho da Comissão até às eleições de junho de 2024;](#)
- [Vistos digitais para reforçar a segurança do espaço Schengen.](#)

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [17 de outubro](#), com destaque para o *Programa de trabalho da Comissão para 2024*, *Plano de ação para o combate ao tráfico de droga* e *Proposta legislativa que altera o mecanismo de suspensão de vistos*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 16.10: [Eurogrupo](#); [Conselho \(Ambiente\)](#)
- 17.10: [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#)
- 19.10: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\)](#); [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo comércio](#)

Bruxelas | 13 de outubro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).